

NEOLIBERALISMO, LUTA DE CLASSES E NEO-IMPERIALISMO NO SÉCULO XXI

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Remo Moreira Brito Bastos¹

RESUMO

O presente artigo busca recuperar o contexto socioeconômico e político da gênese do neoliberalismo, na aurora da atual crise estrutural do capital. Acossada pelo crescente poder de mobilização política dos trabalhadores, a burguesia dos países centrais trata de conformar uma estratégia de reação globalmente articulada, por meio de suas lideranças mais proeminentes, para a "grande virada política", que viria a se materializar de forma concreta em todo o mundo a partir do "golpe de 1979" (do FED dos EUA) e das decisões emanada do Consenso de Washington, à mesma época. Com vistas à recuperação não somente das margens de lucratividade do capital, mas de sua hegemonia política, seriamente comprometida nos "trinta anos gloriosos", os capitalistas refinaram sua capacidade de agir como classe, subordinando instintos competitivos em favor da ação cooperativa conjunta. Lançavam-se assim as bases da contemporânea hegemonia da fração de classe financeira da burguesia internacional em todo o mundo, operacionalizada pelas mega-corporações que conformam essa tentacular oligarquia mundial, uma macroestrutura global de espoliação de países pobres (assim como do grosso da população dos países ricos), que amealham um colossal e inaudito poder, como nunca antes se viu em toda a história da humanidade.

Palavras-chave: Neoliberalismo, luta de classes, neo-imperialismo.

ABSTRACT

This article attempts to retrieve the socioeconomic and political context of the genesis of neoliberalism at the dawn of the current structural capital crisis. Harassed by the growing power of political mobilization of the workers, the bourgeoisie of the core countries comes to shape a globally coordinated response strategy, by means of its most prominent leaders, for the "*great political turn*", which would concretely materialize around the world from the "*1979 coup*" (the U.S. Fed) and the decisions emanating from the Washington Consensus at the same time. With a view to the recovery of not only the profit margins of capital, but of its political hegemony, seriously diminished in the "thirty glorious years", the capitalists refined their ability to act as a class, subordinating their competitive instincts in favor of joint cooperative action. Thus, casting the bases of contemporary hegemony of the of international financial bourgeoisie class fraction worldwide, operationalized by the mega-corporations that compose this sprawling global oligarchy, a global macrostructure despoiling poor countries (as well as the majority of the population of rich ones), which holds a colossal and unprecedented power, as never before seen in the history of mankind.

Keywords: Neoliberalism, class struggle, neo-imperialism.

¹ Mestrando em Educação – UFC; GTPPE - Grupo de Pesquisas em Trabalho, Práxis, Política e Educação (CNPQ).

No início da década de 1970, a longa espera a que ficariam submetidas as ideias liberais desde a Conferência de *Mont Pèlerin*² chegava ao fim. A profunda depressão econômica, aliada às crescentes taxas de inflação (concomitância inédita no cenário econômico mundial, rotulada de *estagflação*), que assolavam os países capitalistas centrais, trouxeram de volta à baila aquele combalido ideário, em profundo descrédito desde a primeira grande crise econômica de proporções mundiais do sistema do capital, a Crise de 1929. Segundo os cânones dessa corrente de pensamento, a crise tinha suas raízes no poder excessivo dos sindicatos de trabalhadores e no movimento operário, em geral, que, com suas conquistas salariais, corroía as bases de acumulação necessárias ao capital, portanto, prejudicando a atividade econômica e conseqüentemente o próprio nível de emprego.

Outro fator que teria ensejado a referida crise teria sido o poder político da classe operária, o qual não somente desestimularia a iniciativa empreendedora dos capitalistas, receosos de não conseguirem taxas de retorno de seus investimentos satisfatórias ou mesmo de perdas, em decorrência de crescentes ganhos salariais por parte da classe obreira, como também exerceria pressão parasitária sobre o Estado, pela expansão dos gastos sociais.

Nesse sentido, o recrudescimento da luta operária, trazendo de volta à cena cotidiana das grandes metrópoles mundiais os vívidos embates da luta de classe, constitui elemento conjuntural que não somente acentuou, mas explicitou mais ainda a referida crise:

Já no final dos anos 60 e início dos anos 70, deu-se a explosão do operário-massa (mais precisamente, na verdade, sua segunda geração, já nascida sob os auspícios do compromisso fordista/taylorista), parcela hegemônica do proletariado de então, que atuava no universo concentrado no espaço produtivo. (ANTUNES, 2009, p. 42)

Desiludida com as crescentes parcelização e desqualificação de seu trabalho, tornado repetitivo e sem sentido, por conta da automação dos processos produtivos, essa expressiva fatia da classe trabalhadora dos países do capitalismo central deflagra um radical movimento de insurgência contra os fundamentos basilares da sociabilidade capitalista, tendo como alvo político último o controle social da produção e o poder operário. Na esteira das manifestações de maio de 1968, durante as quais milhares de estudantes conseguiram suspender o

² Em 1947, Friedrich Hayek organizou a primeira conferência dessa confraria, na Suíça, na localidade que lhe emprestou o nome. Participaram como co-fundadores importantes intelectuais conservadores, pró-capital, como Milton Friedman, Karl Popper e Ludwig Von Mises, dentre outros. Seu ideário permaneceu, todavia, no limbo, por mais de vinte e cinco anos, ofuscado pela hegemonia do keynesianismo, ao cabo dos quais tomou desse o posto de escola do *mainstream* econômico, tendo o Chile de Pinochet servido como seu primeiro laboratório empírico, com Friedman como conselheiro econômico do regime ditatorial que se instalou naquele país em 1973.

funcionamento do sistema de ensino de diversas cidades nos principais países capitalistas, e cerca de dez milhões de trabalhadores franceses paralisaram e ocuparam fábricas em todo o país, a iminência da perda do controle do sistema sociometabólico por parte da classe capitalista constitui a senha para a conformação de uma estratégia de reação globalmente articulada por parte das lideranças mais proeminentes dessa classe.

[...] as lutas de classes ocorridas ao final dos anos 60 e início dos 70 solapavam pela base o domínio do capital e afluíam as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra-hegemonia) oriunda do mundo do trabalho. A confluência e as múltiplas determinações de reciprocidade entre esses dois elementos centrais (o estancamento econômico e a intensificação das lutas de classes) tiveram, portanto, papel central na crise dos fins dos anos 60 e inícios dos 70. (ANTUNES, 2009, p. 44)

Estavam, assim, dadas as condições econômicas e políticas para que, no bojo da reestruturação produtiva do capital, fosse deflagrada a “grande virada política” por parte da classe capitalista, premida em seus anseios de infinita lucratividade pelas limitações inerentes ao pacto keynesiano/fordista vigente nos *trinta anos gloriosos*”. Tais constrangimentos, adversos à reprodução ampliada do capital, ensejavam a coesão intra-classe necessária para se empreender uma ação política eficaz, estruturada em organizações e instituições de classe, já existentes ou criadas *ad-hoc*, com vistas à recuperação não somente das margens de lucratividade do capital, mas de sua hegemonia política, seriamente comprometida nos trinta anos acima mencionados.

Alguns estudiosos vinculam tal reação do capital contra o poder insurgente das classes populares e dos movimentos sociais à emergência de ditaduras em países da periferia capitalista, notadamente na Ásia e na América Latina, configurando, em seu entendimento, uma dura resposta do capital à resistência das classes subalternas contra o processo de expropriação ao qual eram submetidas.

Na Turquia também, nos finais dos anos 1970, grandes grupos capitalistas sentiram-se constrangidos pelos mercados domésticos cartelizados e protegidos, lá existentes, para não mencionar seus problemas com um crescente movimento de militância da classe trabalhadora. Isso foi um fator crucial para a deflagração do golpe militar de 1980, após o qual, incitado pelo acordo com o FMI, aquele país tornou-se um dos primeiros a adotar as reformas neoliberais. Apesar de certa lentidão nos processos de privatização, devido a presença de um forte aparato estatal regulatório, a orientação de mercado da economia foi gradualmente se consolidando pelas duas décadas seguintes. Tudo isso refletia o capital interesse turco no acesso à liberalizante União Européia. (GINDIN & PANITCH, 2012, p. 217, tradução nossa)

Nos Estados Unidos, o crescimento da mobilização política da classe capitalista refletia-se na busca de um papel mais ativo por parte daquela classe nos processos político-social e político-institucional (legislativo). Em muitos casos, aquela classe adotou táticas da classe oponente, o trabalho organizado, no encaminhamento de suas proposições e objetivos estratégicos, dentre as quais, a criação de comitês de ação política, que angariavam fundos para as ações necessárias, inclusive (e principalmente) o *lobbying*. Uma singela amostra de como as forças do capital conseguiram reorganizar-se no âmbito do embate de classes naquele país pode ser observada na rápida e impressionante sobrepujança da classe capitalista em relação à sua oponente no que se refere ao número de organizações e associações de apoio à sua causa. Apesar de ser pioneira no uso dessas organizações, com os sindicatos, principalmente, a classe trabalhadora estadunidense, que possuía em 1974 duzentos e dez instituições do gênero, foi suplantada pela classe antagônica no curto período de quatro anos, quando essa atingiu o número de mil duzentos e oitenta e quatro organizações, contra apenas duzentas e dezessete da classe trabalhadora. (CONWAY, 1986, p. 73).

A organização coletiva empresarial chave nesse processo seria a *Business Roundtable*, originada em 1972, da fusão de três recém criadas organizações de interesses empresariais (*Construction Users Anti-Inflation Roundtable*, *Labor Law Study Committee*, e *March Group*), e cujo aparecimento foi provocado pela crescente apreensão dentro dos grandes círculos de negócios com os ganhos legislativos do trabalho organizado, dos organismos de proteção ao consumidor, e dos grupos ambientalistas. Seu foco de ação concentra-se na formação de consenso e de lobby sobre questões de grande alcance sócio-político e econômico, subordinando-os aos interesses de seus membros. Para isso, monitora a legislação, prepara documentos de posição, e desenvolve estratégia para a coordenação das atividades de lobby dos seus membros. Limitada aos principais executivos de aproximadamente duzentas empresas norte-americanas, essa organização de classe registrou vitórias impressionantes no combate empresarial contra as legislações anti-trust e de defesa do consumidor, e a favor da reforma da legislação laboral, tendo sido considerada pela revista de negócios *Business Week* (*Business Week*, 1976, p. 60) a maior organização lobista empresarial atuante no parlamento federal daquele país. (BUMS, 1992, p. 117)

Em 1972, os executivos das maiores corporações empresariais dos Estados Unidos formaram a *Business Roundtable* e lançaram a mais ampla campanha de organização do capital privado desde a formação da Comissão do Desenvolvimento Econômico, no início dos anos 1940, enquanto que a nível local pequenas e médias empresas se reuniram na Câmara de Comércio, aumentando sua participação em quatro vezes. O catalisador imediato para isso foi a introdução de um novo conjunto de normas sobre

trabalho, meio ambiente e defesa do consumidor, conquistado por um movimento operário militante, bem como pelos novos movimentos sociais, e que afetou todos os setores produtivos e gerou a reação de diversas organizações de interesses corporativos, que se unificaram em uma frente política no sentido de influenciar o Estado sobre essas questões. (GINDIN & PANITCH, 2012, p. 164, tradução nossa)

Assim, durante a década de 1970, os homens de negócios refinaram sua capacidade de agir como uma classe, subordinando instintos competitivos em favor da ação cooperativa conjunta, o que explica o papel de liderança em planejamento de políticas por partes destes grupos na administração pública estadunidense. Estes esforços coordenados originaram o surgimento de uma militante direita "contra-*establishment*" e a mudança conservadora na política de Estado dos EUA desde meados dos anos 1970.

Esse constitui o ambiente sócio-político que levou Ronald Reagan à Casa Branca, em 1981, iniciando um governo que seria marcado pela obsessão em desmoralizar e destruir a organização laboral naquele país³. Deflagrando uma explícita operação de guerra à classe trabalhadora, essa administração conservadora, além de promover cortes draconianos no orçamento federal para verbas destinadas à saúde, à seguridade social, ao auxílio a desempregados e a muitas outras necessidades sociais, canalizando esses recursos para os grandes conglomerados industriais e financeiros, trabalhou com incansável empenho no apoio incondicional às corporações empresariais em seus embates no âmbito da luta de classes.

Esse programa aberto de engrandecimento de classe foi parcialmente bem-sucedido. Ataques ao poder sindical (liderados pela violenta reação de Reagan aos controladores do tráfego aéreo), os efeitos da desindustrialização e das mudanças regionais (encorajadas por reduções de impostos), bem como do alto desemprego (legitimado como remédio adequado na luta contra a inflação), e todos os impactos acumulados da redução do emprego na manufatura e do seu aumento no setor de serviços enfraqueceram as instituições tradicionais da classe operária num grau suficiente para tornar vulnerável boa parte da população. Uma maré montante de desigualdade social engolfou os Estados Unidos nos anos Reagan, alcançando em 1986 o ponto mais alto do período de pós-guerra [...]. Apesar do grande aumento do desemprego (que chegou ao auge de mais de 10%, segundo dados oficiais, em 1982), a porcentagem de desempregados que recebiam ajuda federal caiu para meros 32%, o nível mais baixo na história da seguridade social desde a sua implantação no *New Deal* [...]. Um

³ Tal como Margaret Thatcher o faria no Reino Unido, à mesma época. Na Inglaterra, a estratégia do Estado no sentido de neutralizar o poder de luta da classe trabalhadora privilegiaria o ataque ao seu braço político institucional, o partido trabalhista, minando sua capacidade de resistência à avalanche neoliberal deflagrada por Thatcher. Isto se daria primordialmente pela cooptação de lideranças, em uma imensa operação que mobilizou amplos segmentos empresariais e governamentais não somente britânicos, mas igualmente dos EUA, que cederam suas agências de inteligência para atuarem de maneira decisiva no projeto conservador-empresarial inglês. O objetivo era remover as concepções social-democratas ou mesmo socialistas ainda ativas naquele partido, por volta do início da década de 1980, o que foi obtido a custo de suborno, corrupção e divisão interna no seio daquela organização, empreendidos pelo consórcio Estados-corporações, entre 1983 e 1991. Na trincheira da luta social, a meta era destruir o tradicional poder dos sindicatos britânicos, o que de fato foi alcançado, mas às custas da destruição da indústria autóctone. (MILLER; DINAN, 2008)

aumento do número de pessoas sem moradia marcou um estado geral de deslocamento social caracterizado por confrontos [...]; [constatando-se também a existência de] quase 40 milhões de cidadãos de uma das mais ricas nações do mundo sem nenhuma cobertura médica. (HARVEY, 1992, p.296)

Contudo, como Alan Greenspan posteriormente salientou, sobre o legado de Reagan, "talvez a mais importante, e assim, mais controvertida, iniciativa na política doméstica, tenha sido a demissão dos controladores de vôo em Agosto de 1981." (GINDIN, Sam; PANITCH, Leo; 2012, p. 172, tradução nossa). Foi realmente um divisor de águas em matéria de truculência do Estado para com os trabalhadores, mesmo nos Estados Unidos: Reagan demitiu 11.359 trabalhadores e proibiu sua readmissão no serviço público. Muitos deles foram, de forma humilhante, presos e processados; a greve foi julgada ilegal, as reservas financeiras de três milhões e quinhentos mil dólares do sindicato foram congeladas, e o governo cassou sua licença de funcionamento. Detalhe: o PATCO⁴ havia sido um dos poucos sindicatos a apoiar Reagan na eleição de 1980, atendendo aos afagos do candidato poucas semanas antes da eleição (20 de outubro de 1980). Segundo matéria veiculada no sitio oficial de um dos partidos comunistas do EUA, o Workers World Party (WWP)⁵, teria dito o candidato:

"Fui informado por membros da minha equipe ... que algumas pessoas [estão] trabalhando injustificáveis horas com equipamentos obsoletos Você pode ter certeza que se eu for eleito presidente, vou tomar todas as medidas necessárias Eu prometo a vocês que a minha administração vai trabalhar em estreita colaboração com vocês para trazer um espírito de cooperação entre o presidente e os controladores de tráfego aéreo."

Com o êxito da arregimentação empresarial com vistas a destruir a capacidade de organização e de luta da classe trabalhadora obtido já no início da década de 1980, o Estado estadunidense confirmava seu compromisso com os interesses do capital, e o *modus-operandi* utilizado, a saber, altas taxas de juros, profunda recessão e liberalização de fluxos comerciais e financeiros, estabeleceu as bases para o domínio global das finanças sobre as demais esferas da economia, como se verá a seguir.

O sistema institucional global de espoliação dos países periféricos (BM, FMI e OMC)

⁴ Sigla para *The Professional Air Traffic Controllers Organization* (Organização dos Controladores Profissionais de Tráfego Aéreo)

⁵ <http://www.workers.org/2006/us/patco-0817/> ; acesso em 14 jun 2014, tradução nossa.

Originalmente gestados no contexto da reorganização do sistema inter-estatal capitalista, acordada pelas potências vitoriosas na Segunda Grande Guerra, em Bretton Woods, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) constituem, na contemporaneidade, juntamente com a Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em 1995, o tripé institucional de sustentação, imposição, implementação e legitimação da política de neo-colonização imperialista levada a cabo pelos países centrais, liderados pelos EUA. O suposto caráter “supranacional” dessas instituições, na verdade, atua como biombo no escamoteamento do verdadeiro papel que elas desempenham no arcabouço geopolítico e econômico global, comandado pelas mega-corporações capitalistas transnacionais que lotearam o planeta em áreas de domínio oligopólico, subordinando a sobrevivência de três quartos da humanidade às suas veleidades de desmedida lucratividade e poder.

Não obstante a existência de certa “divisão institucional do trabalho” entre as três organizações mencionadas, estas atuam de forma integrada, conformando um complexo organicamente estruturado no sentido de impor aos países periféricos o receituário de política econômica neoliberal acordado no Consenso de Washington.

Em outras palavras, uma nova “divisão triangular de autoridade” surgiu, baseada na estreita colaboração entre o FMI, o Banco Mundial e a OMC para “vigiar” a política econômica dos países em desenvolvimento. Sob a nova ordem do comércio (que surgiu da conclusão da Rodada Uruguai, em Marakesh, e da criação da OMC em 1995) a relação entre as instituições sediadas em Washington e os governos nacionais foi redefinida. A imposição das prescrições políticas do FMI e do Banco Mundial deixou de depender apenas dos acordos de empréstimo de nível nacional (que não são documentos “geradores de obrigação legal”). Muitas das cláusulas do PAE⁶ (por exemplo, a liberalização do comércio e o regime de investimento estrangeiro) foram inseridas de forma permanente nos artigos do Acordo da OMC. Esses artigos tem servido de base para “controlar” países (e impor “condicionalidades”) de acordo com a lei internacional. (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 28)

Esquemáticamente, pode-se delinear o *modus-operandi* padrão de coação utilizado por esses organismos da seguinte forma. O processo geralmente é iniciado com o agravamento de alguma crise econômica conjuntural (forjada ou não por esse arcabouço institucional global do capital⁷) em determinado país subdesenvolvido. Em “socorro” ao país, entra em cena o FMI (com os grandes conglomerados financeiros globais na retaguarda), concedendo, sob determinadas condições⁸, um empréstimo emergencial, de rápido desembolso (*quick*

⁶ Plano de Ajuste Estrutural.

⁷ Para um aprofundamento acerca do funcionamento desses mecanismos de orquestração deliberada de crises, reportar-se a CHOSSUDOVSKY (1999, p. 289-297) e HARVEY (2005, p. 124-5)

⁸ Tratam-se das chamadas “condicionalidades”, as quais obrigam os países devedores a se sujeitarem a adotar um amplo programa de estabilização macroeconômica e reformas estruturais (daí a denominação *Plano de Ajuste*

disbursing loans), em um primeiro momento (quase sempre, com a finalidade velada de proteger “investidores” credores do país devedor, em detrimento da sociedade desse país), após o qual se iniciam as “negociações” com vistas a um empréstimo de maior envergadura em termos de valor monetário e prazos. Aqui começa a operar o artilheiro que tem se constituído em verdadeiro genocídio econômico, vitimando aproximadamente três quartos da população mundial, que habitam majoritariamente as nações pobres da América Latina, África e parte da Ásia.

O **ajuste estrutural** é conducente a uma forma de "genocídio econômico" levado a cabo pela deliberada manipulação das forças do mercado. Comparando-o a outros tipos de genocídio, em vários períodos da história colonial (por exemplo, trabalhos forçados e escravidão), seus impactos sociais são devastadores. Os **PAEs**⁹ afetam diretamente a subsistência de mais de quatro bilhões de pessoas. Sua aplicação em grande número de países devedores favorece a "internacionalização" da política macroeconômica sob o controle direto do FMI e do Banco Mundial, atuando em nome de poderosos interesses políticos e financeiros (por exemplo, os Clubes de Londres e de Paris, o G-7). Essa nova forma de dominação econômica e política - de "colonialismo de mercado" - subordina o povo e os governos por meio da interação aparentemente "neutra" das forças do mercado. **A burocracia internacional sediada em Washington foi investida, pelos credores internacionais e corporações multinacionais, do poder de execução de um plano econômico global que afeta a subsistência de mais de 80% da população mundial. Em nenhuma época da história o "livre" mercado - operando no mundo por meio dos instrumentos da macroeconômica - desempenhou um papel de tal importância na determinação do destino de nações "soberanas".** (CHOSSUDOVSKEY, 1999, p. 28; negritos nossos)

Há que se apreender o caráter funcional da dívida na perpetuação do mecanismo de extração de excedentes dos países subdesenvolvidos, que explica porque não interessa aos credores o pagamento em si da dívida original. Na verdade, o **controle dos fluxos financeiros e comerciais dos países subjogados** proporciona ao complexo oligopólico corporativo que controla a economia global vantagens infinitamente maiores do que o mero recebimento do valor principal emprestado, por maior que este seja¹⁰. Assim, a administração da dívida limita-se a se assegurar que o país devedor mantenha em dias o pagamento dos juros, cuja magnitude representa, hodiernamente, na visão de Chossudovsky (1999, p. 37), um verdadeiro “Plano Marshall para os países ricos”, em termos de transferência de capital dos

Estrutural – PAE), o qual compromete drasticamente a soberania econômica do país afetado, inviabilizando qualquer controle por parte do Estado de sua política monetária e fiscal, tendo em vista que o Banco Central e o Ministério da Fazenda passam a ser ocupados por quadros manietados pelo FMI e/ou Banco Mundial.

⁹ Sobre os trágicos efeitos sociais, ambientais e econômicos dos PAEs para as nações às quais eles são impostos, tendo em vista a limitação de escopo do presente estudo, recorrer a CHOSSUDOVSKEY (1999, p. 29-31;54-64) e HIATT (2007, pp. 21-2, 179-80, 183, 185-91), dentre outros.

¹⁰ Há fartura de casos empíricos que comprovam que a maioria das nações periféricas endividadadas já pagou, somente em serviços da dívida, valor superior ao montante originalmente emprestado, em muitos casos representando em proporções de duas, três ou mais vezes o primeiro em relação ao segundo.

países periféricos para os países desenvolvidos. Nesse sentido, qualquer dificuldade de pagamento da dívida pode, paradoxalmente, constituir oportunidade ímpar para os credores de acentuar a pilhagem sobre os países devedores:

“Por meio de “engenharia financeira” e da cuidadosa arte de reescalonamento da dívida, o reembolso do principal é adiado, enquanto os resgates dos juros são tornados obrigatórios; **a dívida é trocada por participação acionária** e dinheiro “novo” é emprestado às nações à beira da falência para capacitá-las a liquidar os juros devidos sobre os débitos “antigos”, de forma a evitar temporariamente a falta de pagamento, e assim por diante. [...]”(CHOSSUDOVSKEY, 1999, p. 43; negritos nossos)

Trata-se de um processo de re-colonização de uma área que compreende a maior parte do globo terrestre, por intermédio da imposição do receituário macroeconômico funcional à extorsão perpetrada pela macroestrutura corporativo-financeira global. O caráter impositivo transparece claramente quando alguma nação esboça qualquer intenção de trilhar rumos próprios na condução de sua política econômica: imediatamente entra em cena um dos aparatos essenciais da referida macroestrutura, o complexo midiático, deflagrando violenta ofensiva ideológica no sentido demonizar e desqualificar o posicionamento soberano do país em questão¹¹. Caso essa ofensiva não seja suficiente para demover os governantes desses países de suas "veleidades de soberania", outros mecanismos são, sequencialmente, de acordo com a gravidade do prejuízo aos interesses daquela estrutura de poder, postos em ação, começando pela obstrução do acesso aos recursos financeiros do Banco Mundial, do FMI e dos bancos privados internacionais, passando pelo bloqueio comercial e diplomático e o fomento a golpes de Estado e chegando, em casos extremos, às "vias de fato", com a escancarada agressão territorial, com ou sem o suporte da OTAN e da ONU. Desnecessário salientar a liderança incontestada dos EUA nesse processo, como potência hegemônica econômica (ainda) e militar.

O que acontece com os países que se recusam a "se abrir" para os bancos ocidentais e corporações multinacionais, como exigido pela Organização Mundial do Comércio? O aparelho militar e de inteligência ocidental e suas diversas burocracias interagem em estreita sinergia com o sistema institucional financeiro global. O FMI, o Banco Mundial e a OMC - impondo as reformas econômicas aos países pobres - também colaboram com a OTAN nos seus vários "esforços de manutenção da paz", para não mencionar o financiamento da reconstrução "pós-conflito", sob os auspícios das instituições de Bretton Woods. **No alvorecer do terceiro milênio, a guerra e o "livre**

¹¹ Basta observar o caráter tendencioso e alarmista da cobertura jornalística de veículos como *The Economist*, *Financial Times* e outras poderosas corporações midiáticas mundiais de algumas medidas de política macroeconômica soberanas tomadas por nações como Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina e Islândia, nas últimas décadas.

mercado" andam de mãos dadas. (CHOSSUDOVSKY, 2003, p. 10; tradução e negritos nossos)

No que se refere especificamente à Organização Mundial do Comércio (OMC), inaugurada oficialmente em 1995, sob os auspícios da conclusão da Rodada do Uruguai, em Marrakesh, em 1994, essa instituição passa, então, a compor a tríade de organismos interestatais que operacionaliza a imposição das políticas de abertura e desregulamentação comercial, financeira e de capitais aos países subdesenvolvidos. Sua marca crucial caracteriza-se pela institucionalização, com pretensões de legalidade internacional, daquelas condicionalidades¹² outrora objetos de negociações *ad-hoc* entre os países devedores e as instituições financeiras que lhes concediam empréstimos.

Portanto, institui-se, assim, o arcabouço jurídico legal internacional destinado a legitimar a penetração dos produtos das corporações transnacionais nos mercados locais dos países periféricos, e perpetrar a dizimação de sua incipiente indústria, da agricultura ecologicamente auto-sustentável e a degradação das condições de subsistência dos trabalhadores de todos os setores da economia daqueles países, premidos pela competição global com os trabalhadores de outras regiões produtoras no que se refere a remuneração. O mais irônico disso tudo talvez seja o fato de que os EUA agora sofrem da China o mesmo que sofrem os países pobres que são obrigados a abrir seus mercados para as grandes corporações transnacionais dos países ricos: é incontestável o processo de desindustrialização de vastos setores da economia estadunidense, desde a entrada da China na OMC, em 2001. Chossudovsky (2003, p. 25; tradução e negritos nossos) sublinha o caráter despótico, bárbaro e imperialista da criação da atual OMC:

O processo de criação efetiva da OMC após o Acordo Final da Rodada Uruguai é flagrantemente ilegal. Ou seja, **um organismo inter-governamental totalitário foi casualmente instalado em Genebra**, com poderes sob a lei internacional, incumbido de vigiar as políticas econômicas e sociais a nível nacional, em derrogação dos direitos soberanos dos governos nacionais. Da mesma forma, a OMC praticamente neutraliza "com o golpe de uma caneta", a autoridade e as atividades de várias agências das Nações Unidas, incluindo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Os artigos da OMC não apenas infringem as leis nacionais e internacionais pré-existentes; eles também estão em desacordo com "A Declaração Universal dos**

¹² Em elenco meramente ilustrativo, portanto não exaustivo, podemos citar a liberalização do comércio internacional, a privatização de empresas estatais, o acesso de investidores estrangeiros a setores nacionais estratégicos, a submissão da taxa de câmbio aos parâmetros de interesse das corporações transnacionais (incluídas as de natureza financeira/especulativa), etc.

Direitos Humanos". Aceitação da OMC como uma organização legítima equivale a uma "moratória por tempo indeterminado" ou revogação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Quanto ao Banco Mundial, não poderia haver reconhecimento mais explícito do papel fundamental desempenhado por essa instituição financeira no funcionamento da macroestrutura político-financeira global de que ora se trata do que as palavras de seu próprio presidente (no cargo no período compreendido entre 1995 e 2005).

Iniciada em junho de 1995, a nova gestão prometeu mudanças profundas no Banco Mundial. Em seu primeiro discurso diante do Conselho de governadores do Banco, **Wolfensohn demarcou as cinco grandes linhas de ação do seu mandato: 1) a promoção de um clima hospitaleiro ao fluxo transnacional de capitais e à acumulação capitalista**, para cuja obtenção o Banco deveria priorizar, na relação com os governos, questões como a remodelagem do aparato público e de suas relações com o setor privado, a redefinição dos sistemas legais e o fortalecimento dos direitos de propriedade [...].(PEREIRA, 2011, p. 181, grifos nossos)

O esgotamento de legitimidade e de credibilidade dos organismos multilaterais criados em Bretton Woods e dos que surgiram posteriormente sob a mesma égide, notadamente a tríade BM/FMI/OMC, já constitui um elemento de considerável relevância na dinâmica da geopolítica global contemporânea. Afloram ou procuram consolidar-se outros arranjos interestatais institucionais, na tentativa de dar conta, nessa esfera, da nova configuração de poder econômico e político mundial, na qual se constatam o declínio do poder dos EUA e a emergência da China como novo ator hegemônico global, com potencial para acentuar mais ainda a decadência do império ianque.

Buscou-se, no texto que ora se encerra, delinear, em seus aspectos estruturais e conjunturais, o quadro socioeconômico e político global da atual fase do sistema metabólico de reprodução social que tem na reprodução do capital seu norte regulador, a despeito de todas as trágicas consequências sociais, humanas e ecológicas para três quartos da humanidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2ª ed., 2009.

BUMS, Val. Elite policy-planning networks in the United States. **Research in politics and society**, v. 4, p. 111-134, 1992.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**. São Paulo: Moderna, 1999.
_____. **The Globalization of Poverty and the New World Order**. 2ª edição. Quebec: Global Research, 2003.

CONWAY, M. Margaret. "PACs and Congressional Elections in the 1980s." In **A. Cigler and B. Loomis**, (eds). *Interest Group Politics*. Washington, DC: Congressional Quarterly. Pp.70-90; 1986.

GINDIN, Sam; PANITCH, Leo. **The Making of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire**. London / New York: Verso, 2012.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo:Ed. Loyola, 1992.

HIATT, Steven. **A game as old as empire: The secret world of economic hit men and the web of global corruption**. San Francisco (California): Berrett-Koehler Publishers, 2007.
MILLER, David; DINAN, William. **A Century of Spin: How Public Relations Became the Cutting Edge of Corporate Power**. London: Pluto Books, 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A "autorreforma" do Banco Mundial durante a gestão Wolfensohn (1995-2005): iniciativas, direção e limites. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 31, p. 177-206, 2011.